

# DATALUTA



## BOLETIM DATALUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.  
Presidente Prudente, setembro de 2018, número 129. ISSN 2177-4463.

[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

### ARTIGO DATALUTA

**Conjuntura das lutas sociais em Minas Gerais no pós-golpe de 2016**

### ARTIGO DO MÊS

**Fragilidade ambiental no Pontal do Paranapanema: o agrohídronegócio canavieiro e os impactos socioterritoriais**

<http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php>

### EVENTOS

#### **XII Encontro da Rede DATALUTA**

UNESP/Sé – São Paulo, 04 a 06 de dezembro de 2018.

#### **I Encontro Latino-americano de Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais**

UNESP/Sé – São Paulo, 28 a 31 de janeiro de 2019.

### PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



**Okara: Geografia em debate.**  
**Vol. 12, N. 2 (2018) Dossiê**  
**Michel Temer e a Questão**  
**Agrária**

Orgs: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, PPGG/UFPB. Seu propósito é fomentar o debate entre pesquisadores, especialistas, professores, pós-graduandos e profissionais que trabalham na Geografia. Tem por objetivo divulgar pesquisas e experiências que contribuam para o conhecimento teórico e prático da Geografia.  
<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/issue/view/2129/showToc>.



**De Olho nos Ruralistas**  
Realização: De Olho nos Ruralistas.

De Olho nos Ruralistas é um observatório jornalístico sobre o agronegócio no Brasil. Em foco, os impactos sociais e ambientais e o poder político e econômico dos ruralistas. A produção do portal e dos boletins diários (sobre Ambiente, Agronegócio, Comida e Conflitos) é mantida pelos assinantes. Para ver: <https://deolhonosruralistas.com.br/>



**PodCast Unesp – Pod Territorial.**  
Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

#### **EQUIPE:**

Editoração: Danilo Valentin Pereira e Lucas Pauli (bolsista FAPESP).

Coordenação: Janaína F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, Valmir J. de O. Valério (bolsista FAPESP) e Danilo Valentin Pereira.

Leia outros números do BOLETIM DATALUTA em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

## **CONJUNTURA DAS LUTAS SOCIAIS EM MINAS GERAIS NO PÓS-GOLPE DE 2016**

**João Cleps Junior**

Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA) - Universidade Federal de Uberlândia (UFU)  
Coordenador Pesquisa DATALUTA - Minas Gerais  
[jcleps@ufu.br](mailto:jcleps@ufu.br)

**Fabiana Borges Victor**

Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA-UFU) – Doutoranda em Geografia – PPGG-UFU

**Jahdy Andrade de Brito**

Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA-UFU) – Bolsista PROEX- PEIC-UFU

**Karen Regina Silva Costa**

Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA-UFU) – Bolsista IC-CNPq-UFU

**Vinícius Fernandes Alves**

Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA/UFU) – Bolsista PROEX-PEIC-UFU

### **INTRODUÇÃO**

A ruptura da institucionalidade democrática no Brasil em 2016 por meio de um golpe de Estado e a posse de Michel Temer, reforçando o seu papel como elo mais forte do imperialismo neoliberal na América Latina, caracterizam o contexto político brasileiro. No plano agrário, a conjuntura do pós-golpe de 2016 revela que os diversos grupos ligados à luta pela terra e pela reforma agrária, unidos também a movimentos urbanos, continuaram a denunciar os crimes e injustiças no campo diante da escalada de conflitos, assassinatos e principalmente o desmonte dos principais órgãos e políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e camponesa.

O cenário de 2016 não pode ser entendido isoladamente, uma vez que os ataques contra aqueles que lutam por condições dignas e justiça social também cresceram nos últimos anos e nos dias atuais. Os registros de tentativas e ameaças de morte, pessoas torturadas, prisões, despejos e outras formas de violência contra povos indígenas, quilombolas, sem terras e comunidades tradicionais ou camponesas em geral são crescentes e alarmantes.

As medidas de suspensão da Reforma Agrária, desencadeadas pela decisão do TCU e pressões da bancada ruralista e representações do agronegócio em geral, impedindo a criação de novos assentamentos e alterando profundamente os parâmetros de cadastro e seleção de famílias, levaram a reorientações da política fundiária do País e a paralisa do Programa Nacional de Reforma Agrária com reflexos no estad.

Diante destes fatores, iremos destacar neste artigo os principais dados coletados na pesquisa Dataluta e sistematizados no último Relatório DATALUTA - Minas Gerais (2016), como as ações dos movimentos socioterritoriais nas ocupações, manifestações, bem como analisar os principais efeitos sobre a Reforma Agrária em Minas Gerais.

### **A CONJUNTURA DAS LUTAS SOCIAIS EM MINAS GERAIS NO CONTEXTO PÓS GOLPE DE 2016**

Em 2016 aconteceu o golpe que destituiu o governo da presidente Dilma Rousseff e levou Michel Temer ao poder, o que conseqüentemente mudou a conjuntura da questão agrária com a proposição de políticas agrárias privilegiando o binômio latifúndio – agronegócio e provendo minimamente as

Disponível em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

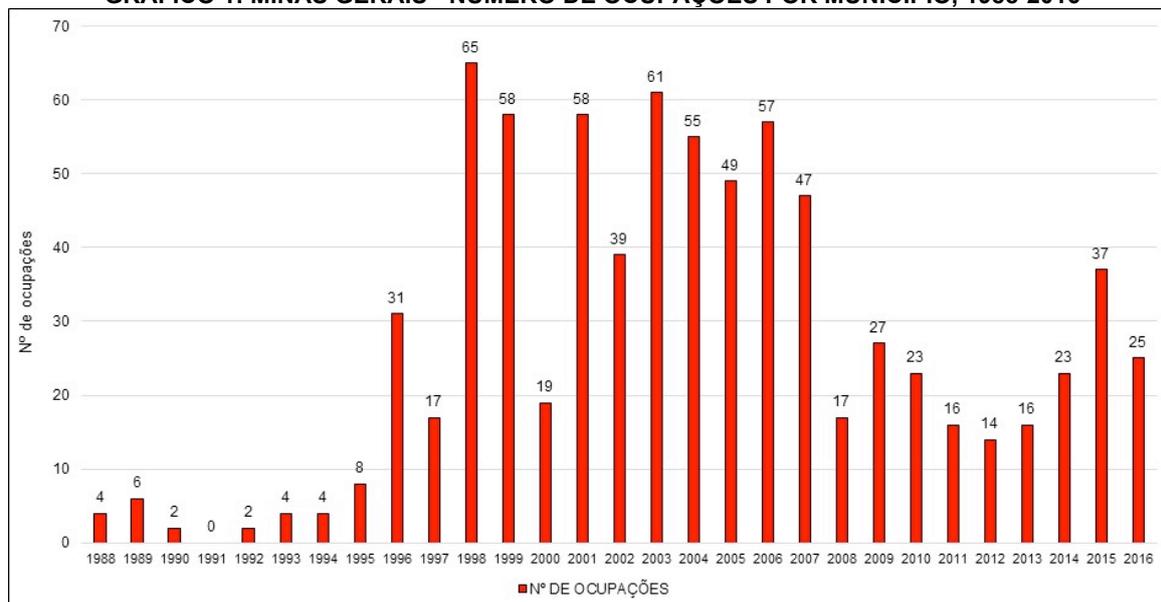
reivindicações do campesinato. Também começa a aumentar as violências no campo, e, por conseguinte, da impunidade, por meio das perseguições, ameaças de morte e assassinatos às lideranças camponesas se relacionam as disputas por território e recursos minerais e florestais, em grande parte concentrados nos estados da Amazônia. Mas também aumentou as prisões e indiciamentos de trabalhadores. A crise agrária resultante não se restringe apenas no aumento do quadro de dos conflitos no campo e na cidade, mas pelo desmonte do conjunto de políticas públicas sociais contra os trabalhadores do campo e em especial aquelas que lutam pela Reforma Agrária.

Para avaliar o contexto das lutas sociais recentes em Minas Gerais analisamos, a seguir, os principais dados levantados pela Pesquisa Dataluta no ano de 2016, privilegiando as ocupações de terras, as manifestações sociais promovidas pelos movimentos socioterritoriais e os assentamentos de Reforma Agrária.

## OCUPAÇÕES

No ano de 2016 no Estado de Minas Gerais ocorreram 25 ocupações em seu território com a participação de 3444 famílias. A mesorregião predominante no número de ocupações foi o Norte de Minas, seguida pelo Triângulo Mineiro/ Alto do Paranaíba, com 9 e 5 ocupações cada uma respectivamente. Essa informação não é característica excepcional do ano de 2016, visto que essas regiões são as que se destacam quando considerada a série histórica de 1988-2016.

**GRÁFICO 1: MINAS GERAIS - NÚMERO DE OCUPAÇÕES POR MUNICÍPIO, 1988-2016**



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2017.

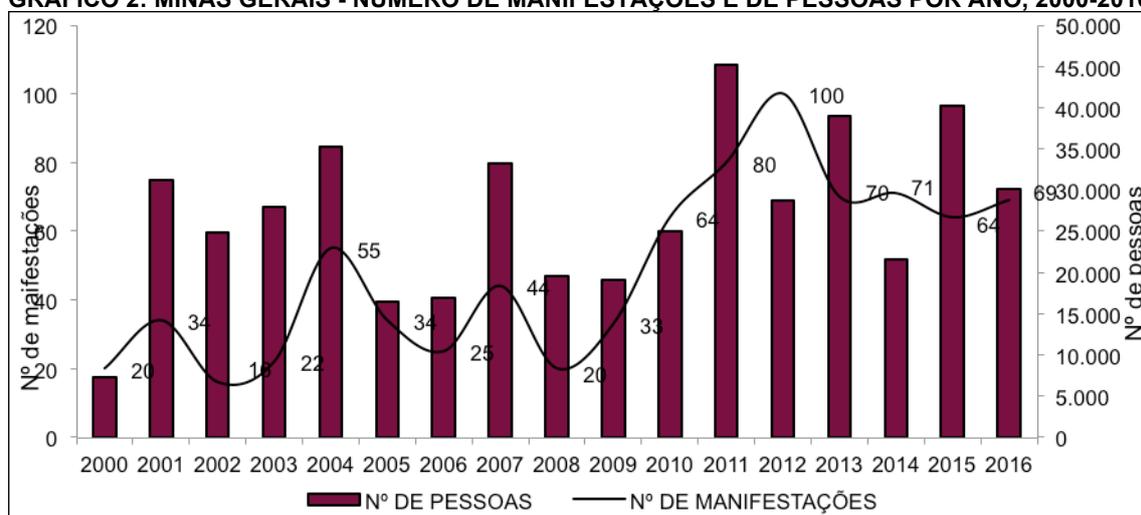
Em 2016, o movimento socioterritorial com maior participação em ocupações no estado de Minas Gerais foi o MST com 15 ocupações no total, com participação de 28.544 famílias, em seguida vem os grupos quilombolas com o total de 4 ocupações e 175 famílias no território mineiro. Para explicarmos o número de ocupações no ano podemos relacionar com a não criação de assentamentos no mesmo ano,

como um dos motivos para a realização de ocupações, além da luta pelo direito de produzir em áreas até então improdutivas.

## MANIFESTAÇÕES

As formas de luta dos movimentos socioterritoriais em ação no País e em específico no ano de 2016 não se resumem às ocupações de terra. Os registros das manifestações no estado mineiro correspondem especialmente às conjunturas políticas do país e eventos que ocorrem particularmente no próprio estado. Em cada período, e diante as possibilidades de diálogo entre governo e os setores da sociedade que demandam mais atenção e políticas governamentais, são refletidos em atos públicos e reivindicações expostas em cada ação. Notadamente, esta é uma importante forma de luta que pretende uma contínua mudança e justiça social.

**GRÁFICO 2: MINAS GERAIS - NÚMERO DE MANIFESTAÇÕES E DE PESSOAS POR ANO, 2000-2016**



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2017.

No ano de 2016 ocorreram 69 manifestações em Minas Gerais, com participação de cerca de 30 mil pessoas. A partir de uma análise dos dados, 1/3 correspondem a bloqueios (rodovias e ferrovias), com reivindicações relacionadas ao tema da infraestrutura (terra = Reforma Agrária e água = impactos pelo rompimento da barragem da mineradora Samarco) e descumprimento de acordos (indenizações). Na sua maioria foram reivindicações contra as mineradoras, que causam prejuízos ao meio ambiente e às populações atingidas pela exploração dos recursos naturais, e atos que denunciam a grilagem de terras na região norte de Minas Gerais, em terras ocupadas por monoculturas de eucalipto, compondo assim a conjuntura das lutas sociais no ano de 2016 no estado.

Outro tipo de manifestação importante em 2016 foram os protestos, representando o mesmo percentual (32%), ou seja, aproximadamente 1/3 do total, seguidas pelas ocupações de prédios públicos e marchas lideradas principalmente pelo Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), o Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esses atos foram predominantemente relacionados ao rompimento da barragem de rejeitos de mineração (Fundão), em Mariana-MG, que atingiu a Bacia do Rio Doce em 5 de novembro de 2015, que destruiu vilarejos e afetou a

vida de mais de 2 milhões de pessoas que vivem em 35 municípios em Minas Gerais e quatro no Espírito Santo. Merece ainda destaque no estado de Minas Gerais, as ações (Bloqueios e Protestos) realizadas pela Rede de Articulação e Justiça Ambiental dos Atingidos pelo Projeto Minas-Rio (REAJA) cujo foco é a proteção de pessoas ameaçadas e comunidades atingidas pelo Projeto Minas-Rio, em Conceição de Mato Dentro [1].

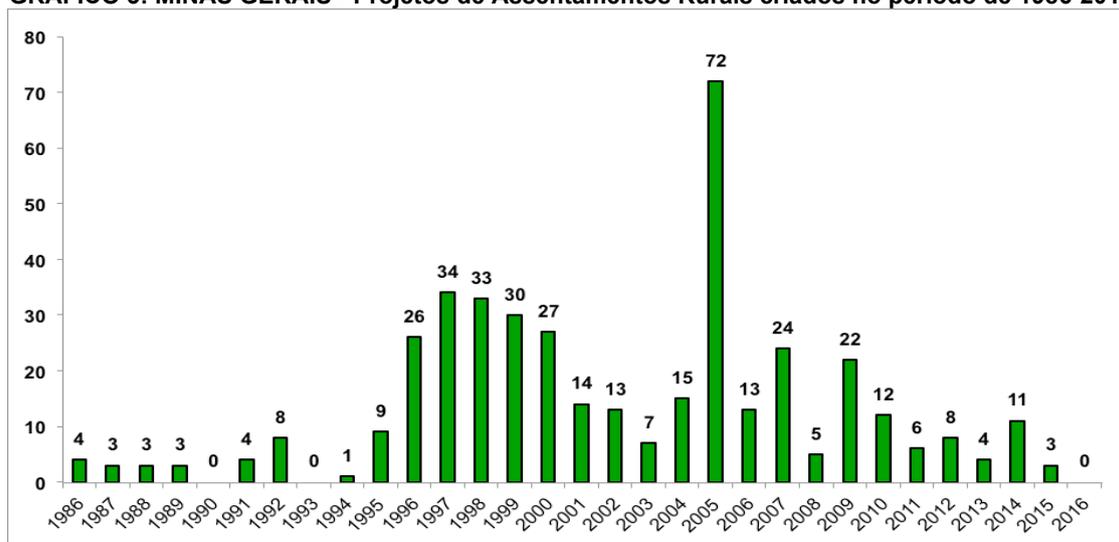
Além disso, o ano de 2016 teve o seu principal marco político representado pela deposição da presidente Dilma Rousseff. Assim, as manifestações refletem o impacto dessa ruptura, uma vez que diversos atos públicos foram promovidos em favor da democracia e pela continuidade do mandato. Neste aspecto, a capital mineira foi o principal centro das manifestações, exemplo disso ocorreu no dia 26 de abril de 2016, quando integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) chegaram a Belo Horizonte após percorrerem outras cidades mineiras.

### A REORIENTAÇÃO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA E A ANTI REFORMA AGRÁRIA

A paralisação das ações da Reforma Agrária no Brasil e em Minas Gerais tanto pela redução drástica dos recursos destinados às políticas fundiárias como pelas mudanças legais e normativas do INCRA ocorre após o Golpe. Em abril de 2016, o *Programa Nacional de Reforma Agrária* foi suspenso pelo Tribunal de Contas da União com efeitos na criação de novos projetos de reforma agrária e a concessão de políticas às famílias assentadas [2].

A centralização das ações agrárias do INCRA e agora pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) pela Casa Civil da Presidência da República, juntamente com os marcos legais (Lei Nº 13.465/2017 e Decreto Nº 9.311/2018), conseqüentemente, tiveram implicações na política fundiária do estado. Em 2016 não foi criado nenhum projeto de assentamento rural em Minas Gerais [3].

**GRÁFICO 3: MINAS GERAIS - Projetos de Assentamentos Rurais criados no período de 1986-2016**



Fonte: DATALUTA/INCRA, 2018.

Conforme dados a seguir e em outro artigo (CLEPS, 2018), desde 2017 O INCRA vem realizando um processo de titulação sem precedentes aos assentados da Reforma Agrária:

A emissão de **TÍTULOS DEFINITIVOS DE DOMÍNIO** em 2017 foi **10 VEZES MAIOR** do que a média anual histórica (2003 a 2016); a emissão de **TÍTULOS DEFINITIVOS DE DOMÍNIO** em 2017 foi **3,8 VEZES MAIOR** do que a maior marca anual anterior (2006); apenas em 2017, foram emitidos mais **TÍTULOS DEFINITIVOS DE DOMÍNIO** do que nos últimos **10 anos somados**; a emissão de **TÍTULOS PROVISÓRIOS** em 2017 foi **5,3 VEZES MAIOR** do que a média anual histórica (de 2003 a 2016); a emissão de **TÍTULOS PROVISÓRIOS** em 2017 **SUPEROU O DOBRO** da maior marca anual anterior. (Grifos originais, INCRA/Casa Civil/Sead, 2017).

Alterações significativas também vêm ocorrendo no processo de seleção de famílias beneficiárias no Programa Nacional de Reforma Agrária a partir do Acórdão TCU 1976/2017 (Capítulo I do atual Decreto 9.311/2018) são as seguintes recomendações:

- I. promover ampla divulgação/ para cada projeto de assentamento;
- II. garantir inscrições por meio de processo aberto a todo público alvo (Edital);
- III. obedecer rigorosamente aos critérios de priorização;
- IV. divulgar nos casos de eventual eliminação e os direitos do princípio do contraditório;
- V. divulgar os resultados da seleção/ ordem de classificação;
- VI. informar ao TCU, durante os próximos dez anos, sobre a abertura de cada novo processo de seleção que vier a lançar.

O conjunto das ações do governo, principalmente pela regularização, além de outras recentes medidas, demonstra uma clara orientação no sentido de que os projetos de assentamentos, criados a partir de uma lógica de intervenção oficial, se transformem em unidades capitalistas de base familiar, com expectativas de produção agropecuárias que lhe permitam a auto sustentação e a emancipação, pautada no paradigma do desenvolvimento capitalista agrícola.

## **PERSPECTIVAS**

O ano de 2016 inaugura uma etapa nova na política geral e agrária do País com o golpe, pela crise no sistema político - institucional, marcada uma agenda de retrocesso nos direitos e restrição às liberdades com desdobramentos no aumento dos conflitos socioterritoriais e resistência popular diante das fortes ameaças ao Estado de direito e a democracia política no Brasil.

Os temas centrais reportados nos registros de manifestações em Minas Gerais envolvem as lutas e resistências das populações contra a privação de acesso à água e impactos (crimes) relacionados aos impactos sociais e ambientais dos empreendimentos de mineração e infraestrutura e as principais violações dos direitos (agressões e ameaças). Mas o principal tema de destaque no ano e pauta das reivindicações e manifestações foi o desastre de Mariana-MG devido o rompimento da barragem da mineradora Samarco, uma vez que as soluções até então propostas foram insuficientes para resolver a situação da população atingida pelo maior crime ambiental já registrado no País.

São ações que revelam a resistência de coletivos diante uma conjuntura política que se mostra cada vez mais incompatível às demandas do campo, que pretende criminalizar os movimentos e, conseqüentemente, deslegitimar uma luta histórica. A fragilização econômica, política e institucional do país, levaram as ancoradas no apoio aos interesses ruralistas e da elite financeira nacional e global

Disponível em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

resultaram na minimização das políticas sociais, ajustada com a redução das funções públicas do Estado, abre um novo ciclo de lutas em que os movimentos organizados e as classes subalternas no campo, em especial aquelas que constituem os trabalhadores sem terra, deixem de lutar por transformações na estrutura agrária.

A paralisação das ações da Reforma Agrária com a redução drástica dos recursos destinados às políticas fundiárias tem acelerado o contexto da violência em curso no campo brasileiro. As medidas jurídicas alteram as políticas de Reforma Agrária, trazem insegurança e apreensão para os trabalhadores e lideranças engajados na luta pela terra. A conjuntura do pós-golpe revelam que os diversos grupos ligados à luta pela terra e pela reforma agrária, unidos também a movimentos urbanos (MTST), continuaram a denunciar os crimes e injustiças no campo, bem como a desatenção do Estado, somadas à retirada de direitos trabalhistas pretendidas por um governo ilegítimo.

## REFERÊNCIAS

CLEPS JR., J. Descaminhos da Reforma Agrária no Contexto das Reformas Neoliberais e da Crise Político Institucional no Brasil. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 649-663, 2018. João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB. Disponível em <http://www.okara.ufpb.br>

CPT. Comissão Pastoral da Terra. Secretaria Nacional. **Balanco da Reforma Agrária no ano de 2016**. Disponível em <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/destaque/3573-sugestao-de-pauta-balanco-da-reforma-agraria-no-ano-de-2016a>. Acesso em 23/01/2017.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil 2016**. Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade (Coordenação): Goiânia: CPT Nacional, Brasil, 2016b.

DATALUTA, Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório DATALUTA Brasil 2016**. Coordenação: GIRARDI, Eduardo Paulon. Presidente Prudente-SP, NERA, FCT/UNESP, dez. 2017.

DATALUTA, Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório 2016 - Minas Gerais**. LAGEA – Laboratório de Geografia Agrária – IG/UFU. Coordenação: CLEPS JUNIOR, João; VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. Uberlândia, Minas Gerais. Dezembro de 2017. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/relatoriosdatalutaminas.html>

FELICIANO, C. A. Raízes da violência no campo brasileiro. **Boletim DATALUTA**, São Paulo, mar. 2016. Disponível em: < [http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim\\_dataluta\\_3\\_2016.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_3_2016.pdf)>. Acesso em: 27 de outubro de 2018.

FERNANDES, B. M. et al. A Questão Agrária na Segunda Fase Neoliberal no Brasil. **Boletim DATALUTA**, n. 109, NERA, FCT/UNESP, Presidente Prudente-SP, jan. 2017.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Painel dos Assentamentos**. Informações gerais sobre os assentamentos da reforma agrária. 2016. Brasília: INCRA. Disponível em: <https://goo.gl/2YfSTb>. Acesso em 31/10/2017.

INCRA. Casa Civil. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Balanco 2017**. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/central-de-conteudos/downloads/apresentacao-balanco-2017-incra-e-sead-final.pdf>. Acesso em 09/05/2018.

ROOS, D.; FABRINI, J. E. Da Inércia ao Retrocesso da Reforma Agrária no Paraná. Artigo DATALUTA: junho de 2018. Boletim Dataluta, NERA. Presidente Prudente, junho de 2018, número 126. Disponível em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera). Acesso em 29/10/2018.

[1] O pequeno município de Conceição de Mato Dentro, a cerca de 160 quilômetros de Belo Horizonte, tornou-se o palco de uma das maiores resistências a projetos minerários no país. Desde 2007, com o início da implementação do Projeto Minas-Rio, comunidades e moradores tem sofrido de maneira brutal os impactos dos processos de extração mineral em grande escala, aliando destruição ambiental a graves violações de direitos humanos. O Projeto Minas-Rio é um dos maiores empreendimentos de mineração do mundo. Além da mina e da usina de beneficiamento, ele compreende também um mineroduto de 529 km de extensão que percorre 33 municípios em Minas e no Rio de Janeiro, bem como um porto marítimo e um distrito industrial em Porto do Açú, município de São João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro. Foi inicialmente idealizado pela MMX, de Eike Batista, e adquirido pela Anglo American em 2008, que passou então a controlar os processos de implementação e operação do empreendimento.

Nesse movimento participam também o Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), o Grupo de Estudos de Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG), o Programa Pólos de Cidadania, a Cáritas Brasileira (Regional MG) e o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos de Minas Gerais (PPDDH-MG) que tem coletivamente atuado ativamente na defesa de direitos das populações afetadas pelas operações da Anglo American, que controla o Projeto Minas Rio.

Fonte: <http://mamnacional.org.br/2017/07/15/organizacoes-e-movimentos-realizam-missao-de-protecao-a-atingidos-pelo-projeto-minas-rio/>. Acesso em 12/29/2018.

[2] Em setembro de 2017, o TCU julgou novamente o caso, com os novos padrões estabelecidos pelo Governo Temer, e decidiu revogar a suspensão do programa nacional de reforma agrária.

[3] Em 2017 foi criado apenas um (1) assentamento (PA Água Limpa) em Minas Gerais, localizado no município de Córrego Novo, com uma área de 850 ha. e capacidade para 27 famílias (INCRA. Relatório dos Assentamentos, 2017).